

DEPOIMENTO

A negociação de um acordo político interno é o passo a ser dado agora como preliminar da negociação política da dívida externa. Três professores da UnB concordam com esta tese ao debaterem esta semana, no Jornal de Brasília, a atualidade do país: Lytton Guimarães (Política) e Juan Carlos Lerda e Joanílio Teixeira (Economia).

JBr — As últimas medidas de política econômica permitem-nos algumas reflexões. Vimos, semanas atrás, quando começou a última fase da renegociação com o FMI, que o governo estabeleceu um limite para as medidas de caráter recessivo, além das quais não avançaria. Era o limite social de que se falou nos bastidores do Planalto. Era também, supostamente, a posição do Estado, nitidamente enunciada pelo Presidente da República. Sobrevieram pressões externas e internas e o limite foi, porém, rompido. Criou-se um novo limite. O compromisso básico, que era um compromisso com os partidos políticos, com a sociedade brasileira, foi derogado. Que conclusão podemos extrair? Só a conclusão de que não há compromissos estáveis. Isso nos coloca em situação de perplexidade em relação ao futuro.

Se analisarmos as recentes medidas sob o ângulo estritamente econômico, veremos que são inócuas como remédio para os nossos problemas. O País está oferecendo tudo, esgotando suas energias, exaurindo o sistema produtivo numa negociação com o FMI para quê? O Acordo possibilita-nos tão somente tomar novos empréstimos para pagar juros de empréstimos anteriores. O Acordo não resolve o problema de substância que é o aporte de novas divisas, das quais precisamos para pagar os compromissos externos.

Estamos com a economia brasileira paralisada há três anos, nossa capacidade de exportar está limitada pela redução do volume global da produção de um lado e pelo agravamento dos custos que está redução ocasiona, de outro. Quando se diminui o volume de produtos aumentando-se os custos por unidade produzida. Então, a nossa capacidade de gerar novas divisas está afetada. Estamos, por isso, administrando a crise no sentido apenas de rolar a dívida. Ao mesmo tempo em que se faz isso, alguns setores governamentais mencionam a hipótese de que essa é uma estratégia de curto prazo, visando a uma ulterior renegociação política da dívida, na qual se pretendia retornar o FMI. Vimos, entretanto, há pouco, que tal estratégia é inviável ou extremamente difícil. Os países credores, aliados ou hostis, estão todos exigindo nossa submissão às regras do Fundo. Numa situação de crise, como a nossa, não existem aliados, existem cobradores. Nós estamos sendo cobrados. O governo americano, nosso aliado, mas muito interessado em manter a chamada ordem econômica internacional, exigiu-nos prévia submissão ao Fundo antes de qualquer outra negociação bilateral relacionada com a nossa crise cambial.

Este quadro nos coloca duas preliminares: o Acordo não leva à resolução da substância do problema e a hipótese de renegociação política com exclusão das medidas recessivas e anti-sociais do FMI é improvável.

Então, qual o caminho? A moratória, declarada unilateralmente, nas atuais circunstâncias, não é viável. O comércio exterior brasileiro é inteiramente dependente do sistema bancário internacional. Ele repassa todo o fluxo de importação e exportação. Não teríamos condição alguma de resistir à uma retaliação por parte do sistema bancário. Então a moratória unilateral está fora de propósito no momento. Bem, digamos que o Brasil decida enfrentar heroicamente essa adversidade, a paralisação do seu comércio exterior, passando a viver dos seus próprios insumos. Isso é possível? Teríamos condições, econômicas e políticas, de mudar rapidamente o perfil da produção e, sobretudo, o perfil do consumo? É possível substituir todo o petróleo importado, a curtíssimo prazo? Parece claro que não.

Toda essa perplexidade nos aponta a um único caminho, o de restaurar as energias do sistema produtivo nacional visando a criar as resistências de que precisamos para enfrentar a hipótese da moratória futura. Neste ponto ocorrem-nos alguns problemas políticos, cujo vértice é a omissão do governo na tarefa de preparar o País, a sociedade, para a situação futura que teremos de enfrentar. Este momento de restauração e de preparação para o pior passa, necessariamente, pela sucessão presidencial. A sucessão presidencial terá de ser feita no âmbito do atual sistema de poder. Não vemos como possa ser diferente. Ocorre, porém, que a dinâmica da crise econômica que aí está pode levar ao descontrole do processo sucessório. As últimas medidas de política econômica têm a peculiaridade de desagradar a todos, a trabalhadores e empresários. Eventualmente essa situação pode levar a um processo de insubordinação social, de indisciplina social, tanto de um lado como de outro, e perde-se a perspectiva de uma sucessão ordenada e controlada pelo atual sistema de poder.

Em uma situação dessa ordem fica comprometida a possibilidade de ultrapassarmos este período em direção a um momento em que o País esteja dotado das resistências de que precisa para enfrentar os resultados do fracasso do atual modelo de administração da dívida.

São estas as reflexões que colocamos para o debate dos nossos convidados.

Juan Carlos Lerda — Acho que os pontos centrais das preocupações de muitos que se dedicam, há algum tempo, à reflexão em torno dos problemas brasileiros concordam com os pontos básicos da análise que acaba de ser feita. Há uma série de aspectos que chamam nossa atenção. Um é a discussão clara e aberta do problema da eventual moratória. Este é um tema muito delicado sobre o qual devemos pronunciar-nos com reflexão e cuidado antes de dar passos que, eventualmente possam ser dramáticos, sobretudo numa sociedade que tem passado, nestes últimos 20 anos, por esforços muito penosos e sobre os quais as consequências da moratória poderiam representar sacrifícios adicionais.

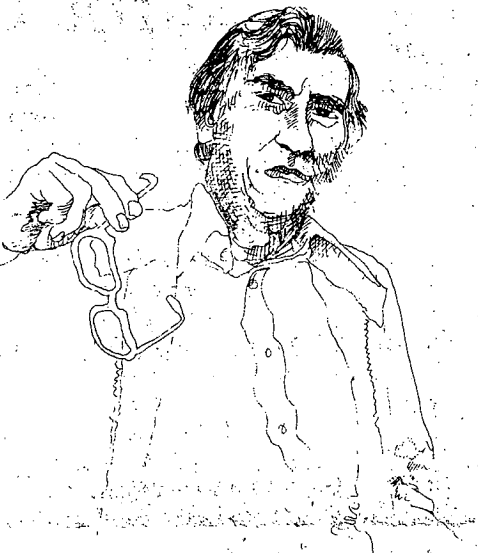
Pergunta básica: esta sociedade, numa situação tão penosa como a atual, estaria disposta, civilizadamente, a arcar com os custos de uma moratória? Acho que não existe, até o momento, nenhuma preparação política da sociedade para enfrentar os custos do que se poderia chamar à adoção do modelo de autarquia. Não vejo preparação política porque a sociedade civil tem sido alienada do processo de tomada de decisão, há anos. Inclusive alguns dados do cenário político brasileiro sugerem que, de fato, estamos sob um governo debilitado, curiosamente casado com um Estado forte. Se observarmos as últimas eleições verificamos que o governo representa apenas 30 por cento dos votos eleitorais nacionais. A diferença entre os votos dados à oposição e os votos dados ao governo é algo em torno de 8

milhões. Verificamos, também, que a oposição detém o controle de áreas políticas e econômicas poderosas e sensíveis, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em síntese, um governo minoritário teve que aliar-se a um partido mais minoritário ainda, o PTB. Além disso, o governo que tem aproximadamente 30 por cento dos votos está dividido internamente, como o demonstrou a última convenção do PDS. Por outro lado, a oposição, eleitoralmente forte, não tem tido sensibilidade para preparar suas bases para a moratória, embora defenda essa saída.

Joanílio Teixeira — Eu concordo com as ideias centrais aqui já expostas. Realmente estamos vivendo uma crise imensa sem que as medidas até aqui adotadas levem a alguma solução dos problemas. Apenas elas fornecem informações, aliás muito óbvias, de que a moratória eventualmente vai ocorrer, mas ainda está faltando algum tipo de estratégia. Dessa preliminar, seria interessante discutir um pouco mais a questão da preparação para a moratória, o que implica discutir o processo de crescimento econômico, do endividamento e o que se pode fazer neste País no futuro próximo.

Grande parte do processo de crescimento econômico, nos anos 70 e final dos anos 60, esteve baseado numa estratégia que, segundo o pessoal do Banco Mundial, configura a teoria dos dois hiatos. Hiato de poupança e hiato de balanço de pagamentos. No início dos anos 60 o País atingiu a um patamar mínimo no processo de substituição de importações que já permitia implantar-se algumas indústrias de bens de capital. Esse processo foi enriquecido, do ponto de vista do crescimento econômico, e chegamos, nos anos recentes, a uma situação em que se tem abundância de capital. Nota-se a existência de alguns setores com excesso de capital acumulado que, entretanto, não pode usá-lo em virtude da crise. Com a formação de capital, criou-se no País uma classe-média que vive um estilo de vida muito parecido com o estilo de vida de sociedades muito mais ricas e que dificilmente vão abrir mão dele.

É importante lembrar que o País possui três tipos de mercadorias: bens de consumo, para a classe média; bens de capital, que viabiliza um processo de rápido crescimento para o



Lytton Guimarães

futuro, na inexistência de crise no comércio mundial; e aquilo que chamamos "nas mercadorias" tipo de mercadoria que a gente produz mas não consome, apenas o governo consome. O que acontece? Na época de crise é indispensável que se produzam mercadorias que incorporem muita mão-de-obra. Mas os setores que produzem bens de capital incorporam pouca mão-de-obra e os que produzem "nas mercadorias" também. Sobre então o setor que produz bens de consumo que, para ser ativado, requer demanda dos bens produzidos. Ora, com a redução atual dos salários reais a demanda por esses bens está tendendo a cair de modo muito mais forte do que caiu no passado recente. Está assim configurado um sério problema: há estoques de capital acumulado mas não há motivação para investir, mesmo que a taxa de juros caia, dado que a demanda por bens de consumo tende a ficar estagnada, se não cair. Verifica-se, então, que não basta reduzir a taxa de juros para viabilizar um processo de crescimento econômico.

O que vai acontecer, em termos estratégicos?

Seria extremamente perigoso, hoje, declarar-se unilateralmente a moratória, porque a ruptura com o sistema financeiro internacional criaria crises bastante sérias no curto prazo, mas não vejo alternativas. Pelo menos se poderia ter, a nível doméstico, maior cintura, maior campo de manobra. Rompendo-se com esse tipo de estrutura, a despeito dos seus impactos muito sérios, poder-se-ia dinamizar os setores de "nas mercadorias" e os de bens de consumo, com isso criando-se um pouco mais de emprego.

Ocorre agora a pergunta: como gerar mais empregos se a estrutura industrial depende de componentes importados que não viriam mais? Neste caso ter-se-ia de partir para uma economia de guerra que implicaria, entre outras coisas, um processo violentíssimo de substituição de importações, o que tem muito impacto negativo sobre a sociedade, é claro. Mas não há outra saída. Se eu estivesse em uma posição de decisão, primeiramente tentaria negociar a moratória para, só depois, partir para algo mais drástico. Tenho certeza de que o sistema financeiro internacional preferiria uma moratória negociada a uma moratória unilateral.

Lytton Guimarães — A questão da moratória, a meu ver, é aquela sobre a qual devemos concentrar a nossa perspectiva. O professor Lerda comentou alguns aspectos da política doméstica: que se acham direta ou indiretamente ligados a essa questão. Eu acredito, primeiramente, que não se acham esgotadas as possibilidades da renegociação política da dívida externa. Se recorrermos à história veremos não ser esta a primeira vez que o Brasil passa por situações críticas e também que, nessas situações, o País sempre recorreu à política como meio acessório de realizar seus objetivos na economia.

Evidentemente, vem-nos logo à mente a ideia das pressões, que o governo sofreria na hipótese de buscar a negociação política ou das pressões, de outra ordem, que sobreviriam no caso da moratória. Esta questão nos coloca a necessidade de preparação para o que eventualmente ocorrerá. Eu acredito que essa preparação deveria ter sido começada pelos governos anteriores, possivelmente melhor preparados, por força das circunstâncias, para essa mobilização da sociedade. O governo Geisel, por exemplo, teve todas as condições de fazê-lo. Recordemos o momento da ruptura do acordo militar com os Estados Unidos, momento de grande popularidade do governo. Foi a ocasião adequada para iniciar-se o processo de mobilização visando a uma reciclagem geral do País que, possivelmente, nos teria poupado das dificuldades atuais.

No momento, parecem evidentes as dificuldades do governo para presidir uma mobilização interna. Também a oposição, que tem proposto a moratória, não tem condições sequer de participar dessa mobilização. De modo que estamos diante de uma situação em que o governo e a oposição, ambos fracos, carecem de

condições políticas para preparar a sociedade brasileira para enfrentar as dificuldades de uma moratória ou até mesmo de uma renegociação política com os credores internacionais.

A questão de "fechar" o País para se dedicar só aos problemas domésticos parece-me extremamente difícil. A estratégia é incompatível com a abertura. Acredito que no regime atual isso seria impossível. O "fechamento" do País acarretaria a proletarianização da classe média que, do ponto de vista quantitativo, não é tão grande, mas é bastante relevante se tomada como origem que é das classes dirigentes. O enfraquecimento dessa classe média não traria, a meu ver, contribuição significativa à solução da crise.

Reativar a economia, sim, significaria, no regime capitalista, fortalecer a classe média, mas a meu ver essa estratégia não seria bem aceita pelos partidos da oposição. Talvez significasse a ruptura do acordo do governo com o PTB, cujo fortalecimento depende do apoio dos segmentos inferiores da escala social e não da classe média.

Então, acho que a negociação política doméstica deva vir como primeiro passo, para o fortalecimento do governo, fortalecimento da coordenação exercida pelo Presidente da República. Vislumbro aqui a possibilidade de buscar-se a montagem de um bloco político baseado nos governadores dos Estados mais importantes, que incluíssem também outras lideranças regionais. Esse bloco de sustentação política do governo talvez pudesse embasar uma tomada de posição quanto ao problema externo.

Juan Carlos Lerda — Eu gostaria de retornar a um dos temas levantados, que me pareceu da maior relevância. Visto que a minha primeira intervenção tenha sido na esfera política doméstica, eu gostaria de voltar a esse ponto. O tema central é o custo da moratória. Abrir o campo de manobra para uma negociação política do problema da dívida parte da hipótese de que ela seria uma negociação política de governo a governo, isto é, o governo brasileiro com o governo americano. Poder-se-ia chegar a um acordo pelo qual, por exemplo, se garantiria ao Brasil, por um horizonte de tempo, digamos, arbitrariamente, de dois anos, renegociação automática de suas necessidades de crédito externo, na esperança de que, durante esse prazo, as nações industrializadas tenham tomado consciência plena do que lhes poderia acontecer se o sistema financeiro internacional quebrasse, possibilidade muito real que está pela frente. O fato de que os Estados Unidos tenham aparentemente acenado ao Brasil com a exigência de que se submetta às cláusulas de condicionalidade do Fundo é o que tem levado a concluir que a área de negociação política teria se cortado. Eu não penso dessa maneira. De fato, quem conhece a história do Fundo e o que os Estados Unidos representam dentro do Fundo Monetário Internacional poderá entender com facilidade que não cabia outra expectativa, senão a de que o governo americano iria exigir ao seu leal parceiro submissão ao Fundo. O fato de que os Estados Unidos tenham seguido a sua lógica como principal membro do Fundo Monetário Internacional, dobrando o braço do governo brasileiro, não deve levar a concluir que as áreas de negociações políticas do problema estejam esgotadas.

Agora parece que o processo de convergência de opiniões dos países industrializados rumo à conclusão de que é indispensável tomar medidas sérias e repensar tudo de novo tem sido muito rápido, eu diria, durante o último ano, mas ainda não está manifesto em algo tão importante como foi Breton Woods, na década de 40. Ainda falta tempo para isto. Então, o que pode acelerar esse processo de convergência de opiniões a nível internacional? Pode ser acelerado pela manifestação política, pela vocação política de alguns países importantes na área de países devedores. Se não se acelera, o crash pode ser imediato. Agora como é que o país se aproxima desse tipo de pressão? O que o Presidente Figueiredo fez, quando foi às Nações Unidas, foi uma forma de advertência, mas que não conteve os elementos de pressão fortes que, imagino, devam ser articulados. E nesse ponto que acho que o Itamaraty precisa começar a ser trazido ao cenário de uma maneira mais explícita. Imagino que um país se aproxima deste processo através da manifestação da vocação política para tomar medidas sérias. Primeiro acenando, com o perigo de não ser ouvido, e em seguida através de contatos diretos. Não sei o que foi tratado na visita de Reagan no Brasil, mas esta teria sido, se não foi o caso, uma boa ocasião para manifestar, certamente, vocação de honrar compromissos mas, ao mesmo tempo, informar que estamos recebendo pressões insustentáveis no front doméstico que tornariam difícil de aguentar por muito tempo se os Estados Unidos não liderassem um movimento entre os países industrializados para chamar de novo Breton Woods. Agora, se o País se aproxima sozinho, se um governo fraco ou enfraquecido se aproxima sozinho deste movimento de pressão, eu acho que ele precisa do sustento de sua sociedade civil.

Então, acho que há dois planos. O primeiro plano é o doméstico, onde é indispensável que negociações comecem e se estabeleçam com a maior velocidade possível para que, quando o governo começar a falar nisso com seus interlocutores internacionais, eles não imaginem que estão em presença de alguém que se está insubordinando e que talvez poderá ser trocado através de um golpe de Estado. E preciso que os interlocutores internacionais percebam coisa por trás das pressões que, necessariamente, deverão ser exercidas para acelerar esse processo de convergência. E uma vez estabelecida no plano doméstico as alianças políticas necessárias, o segundo estágio é partir para esse segundo passo fundamental que é estabelecer pressões diretas e imediatas com fixações de prazo.

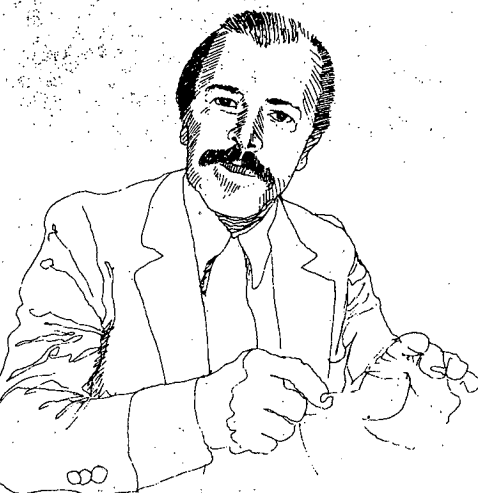
Joanílio Teixeira — Tenho alguns pontos alinhavados de modo bem superficial mas que indicam mais ou menos o que penso como estratégia. O que fazer? Primeiramente ir direto ao povo, fortalecer a democracia; segundo, propor uma economia de guerra; terceiro, substituir os atuais dirigentes econômicos e programar a economia; quarto, estatizar os bancos reduzindo a inflação através da redução dos custos financeiros que não sejam da produção; quinto, produzir bens de consumo que utilizem abundantemente mão-de-obra e com isso tentar crescer e gerar mais emprego; sexto, controlar preços; sétimo, se necessário, a nível internacional, passar inclusive para o sistema de trocas diretas; oitavo, planejar uma economia de guerra; nono, preparar a sociedade psicologicamente para a tomada de medidas, algumas radicais, no campo econômico e social; décimo, continuar negociando a nível internacional mas a partir de uma maior concentração sobre os reais interesses do País. Para isso, seguramente, temos que repensar as lideranças. As atuais lideranças no campo econômico são completamente incompatíveis com as metas que estou sugerindo.

JBr — Acho que a ideia predominante aqui é a de que teremos de chegar à renegociação política. Quando eu mencionei a impossibilidade da negociação política eu tinha em vista o fato de que é necessário passar primeiro pelo FMI, ou seja, não haveria negociação política com exclusão dos "ajustes" requeridos pelo FMI. Ora, qual é a função de uma renegociação

política da dívida externa? A função, obviamente, é permitir que se restaurem as condições internas de desenvolvimento porque não adianta, renegociar a dívida externa e continuar em recessão. Então minha pergunta é: nós restauraremos as condições internas de desenvolvimento mantendo-nos presos às restrições ditadas pelo FMI?

Juan Carlos Lerda — Minha resposta, em princípio, é a de que estando na iminência de ser assinada uma nova Carta de Intenções, dever-se-ia indagar se a liderança do País realmente acredita que com estas medidas se irá resolver o problema das contas externas brasileiras. Será viável ganhar tempo para aguardar eventual retomada do comércio internacional? Eu acho que eles não são ingênuos e realmente não acreditam que esta vai ser a solução. Provavelmente eles mesmos tenham claro que em algum momento isto vai mudar. Quando o alto a decisão de aplicar um redutor de 20% no reajuste salarial e comparo essa medida com a iminência do País entrar em inadimplência, eu me pergunto porque esse esforço fenomenal agora. Tenho a impressão de que provavelmente as autoridades econômicas tem lançado mão deste artifício para já impor um custo pré-anúncio de moratória, de modo que a posteriori as novas medidas que vão ser implementadas não se juntem à redução de salário que necessariamente terá que ocorrer se a moratória for declarada. Acho que, assim como no ano passado o governo brasileiro se antecipou à ida ao Fundo tomando uma série de medidas, inclusive mudando a lei salarial, então agora acho que se está prosseguindo na mesma estratégia. A ideia é a de que se as autoridades optaram por não declarar uma moratória já, tinham que entrar nesse tipo de aceitação de condicionalidades do Fundo, não tinham, opção, era uma ou era outra. Se, no decorrer deste ano, se chegar à declaração de moratória, em algumas de suas formas, nesse momento ou até esse momento deveriam ter se dado os passos no front doméstico para se conseguir a aliança necessária. Imagino que o procedimento correto para a declaração de uma moratória seria chamar os principais governos dos países industrializados com os quais mantemos dívidas e esclarecer que não podemos continuar assim, que estamos dispostos a dar este passo, apenas gostaríamos que não fosse uma coisa abrupta e nem, digamos, intempestiva. Gostaríamos que eles concordassem. Nesse momento a história do Fundo terá caído por terra.

Agora, eu gostaria de fazer um adendo em relação com alguns dos pontos mencionados pelo prof. Joanílio, um deles especificamente. Que atitudes tomar caso se encontrasse séria resistência por parte dos principais países industrializados que são nossos credores? Que passos dar para eventualmente complementar o processo das negociações internas? Tenho a impressão de que gestos dramáticos fazem sentido e não posso imaginar precisamente que gesto dramático poderia ser feito pelo governo brasileiro com o intuito de, por uma parte, obter consenso e, por outra parte, fazer as coisas que as autoridades acreditam deva ser feito. A proposta de estatização do sistema financeiro, já tenho eu levantado em alguns ambientes como um argumento de que se a Petrobrás parasse a sua produção de 350 mil barris por dia seria um golpe muito sério para as fontes externas mas ainda não seria fatal, se a Siderbrás parasse provavelmente não aconteceria tanta coisa. Se uma série de outros setores da economia brasileira entrasse em pane provavelmente os custos seriam elevados mas a sociedade conseguiria de alguma maneira absorvê-los. Há um único setor da economia brasileira que, se entra em pane, a sociedade toda entra em colapso. É o sistema financeiro. É por isso que historicamente o Estado se reserva o monopólio da emissão monetária, embora com frequência venha perdendo o controle sobre ela. Mas, talvez, um dos gestos dramáticos, que tem conseguido, como no caso da experiência mexicana, unir as vontades nacionais, foi, em seu devido tempo, a nacionalização do petróleo e agora, nas circunstâncias recentes, a estatização dos bancos. Provavelmente não seja uma tarefa fácil, mas muito complexa. Mas, se tivermos que pensar em um gesto dramático que poderia, de certa maneira, trazer bem-estar para a sociedade brasileira, para a economia brasileira e, por outra parte, que seja politicamente significativo, seria precisamente a estatização do sistema financeiro. O processo tem uma dinâmica tal que as finanças internacionais vão ser incapazes de providenciar todos os recursos que o Brasil vai precisar. Não apenas este ano, mas no próximo ano e no seguinte, de modo que em algum momento o sistema financeiro internacional e os Estados que estão por trás desse sistema bancário privado vão concluir que não há outra saída, ou muda a regra do jogo ou o fim de papo. O Brasil fez suas projeções de entrada de recursos em 1983 sobre a base de uma taxa de juros internacionais de 10%. Acontece que isto já está ultrapassado. Será mais de 10%. De acordo com estimativas de várias pessoas que trabalham na área do comércio internacional, Nogueira Batista por exemplo, cada variação na Libor de 1 por cento em termos médios anuais representa uma



Joanílio Teixeira

adição de 700 milhões de dólares. Num trabalho recente de Paulo Nogueira Batista ele fez uma análise da balança comercial até o primeiro trimestre de 1983, quando ocorreu um superávit de alguma coisa da ordem de 850 milhões de dólares. Mas o que isso representou em termos de entrada efetiva de divisor disponíveis foi apenas 75 milhões de dólares. Façam uma projeção para todo o primeiro semestre. E verdade que o primeiro trimestre foi duro. Botemos aí um cociente de três, para melhorar. A disponibilidade de divisas líquidas durante o primeiro trimestre teria sido, portanto, de alguma coisa da ordem de 250 milhões de dólares. Isso não é nada. Com esta terceira carta de intenções se está na expectativa de que sejam liberados 470 milhões de dólares que servirão para pagar a conta com o BIS, e também na expectativa de que se consiga outro "Jumbo" de 3,5 bilhões de dólares. Mas há gente que trabalha na área afirmando que até o fim do ano a necessidade será de 6 bilhões. A dinâmica do processo vai conduzir os países desenvolvidos a reconhecerem que não se pode continuar deste modo e que é preciso que se trate seriamente de negociar com o Brasil porque não é possível continuar alimentando o fluxo financeiro que o Brasil precisa. Isso é afirmado por gente que está trabalhando especificamente na área e gente de reputação, como o professor Dória Munhoz e Paulo Nogueira Batista. Este último tem grande mérito de ter descoberto uma série de coisas escondidas nas contas externas brasileiras. Foi ele quem levantou o problema do perfil da dívida que não era tão bom quanto o governo afirmava. Foi ele quem descobriu que as dívidas de curto prazo não estavam sendo computadas e que representavam muito. Então, se esta pessoa que está trabalhando na área reconhece que o fluxo de recursos necessários foi grosseiramente subestimado, e tendo em vista o elevado montante que será efetivamente necessário, eu não espero que o



Juan Carlos Lerda

tema financeiro internacional esteja disposto a continuar neste ditantismo sem tomar decisões sérias. Se continuar chegará um momento em que todos nós vamos ter que sentar com homens adultos e dizer que isto não dá mais.

Lytton Guimarães — Eu queria mencionar dois pontos aqui, a propósito da negociação política, que estamos esquecendo: essa negociação será inócua se não vier acompanhada de medidas complementares na área de comércio internacional. Estamos voltando nossa preocupação exclusivamente para a dívida que temos de renegociar, mas o problema fundamental é que negociação política teria que envolver necessariamente as medidas complementares. Não há condições do Brasil levantar divisas sem ampliar o comércio.

Com relação à renegociação, obviamente o fundamental seria tentar criar um clima de estabilidade política, a partir de uma certa estabilidade econômica. Não acredito que ocorra, uma retomada do crescimento econômico a médio prazo, mas o País poderia manter talvez por algum tempo um nível de bem-estar relativo com a ampliação do mercado doméstico.

Não creio que se possa obter, no curto prazo, uma retomada do desenvolvimento interno. Essa retomada seria pouco viável para um País como o Brasil no momento. Mas, pelo menos, se poderia objetivar certa estabilidade por algum tempo. A real construção da sociedade, a mobilização social e política total da sociedade, acredito, só seria possível no próximo governo, na dependência é claro, de muitas variáveis que ainda não são conhecidas neste momento. Quem sucederá o atual Presidente, como será a sucessão, tudo isto é condicionante do futuro.

Acredito que só a renegociação política, poderá trazer tranquilidade e evitar medidas drásticas que vão sendo adotadas sob o impulso da dinâmica da crise, como a ideia da estatização dos bancos, por exemplo, que, acho, poderia trazer dividendos políticos mas não econômicos. No México ocorreu algo semelhante. A estatização foi uma medida popular, mas agora começa a gerar problemas; na França ocorreu mais ou menos a mesma coisa. Um governo forte, que assumiu com apoio integral da sociedade, promoveu a estatização, mas logo a seguir veio uma tremenda evasão de divisas, comprometendo o conjunto dos resultados econômicos que se almejava.

Juan Carlos Lerda — Falava-se há pouco que a renegociação só seria possível no próximo governo. Para mim isto está fora de cogitação. Nós estamos com um atraso de pagamentos da ordem de 1,5 bilhão de dólares. Estamos inadimplentes. Então a questão que se coloca é de curtíssimo prazo. Não pode aguardar sequer a volta do Presidente Figueiredo. Então, o que proponho é que o Presidente Aureliano aproveite as circunstâncias especialíssimas que decorrem do fato de ser ele um homem diferente, ainda que com o compromisso da lealdade, e tome a iniciativa do diálogo interno. Ele teria a chance de chamar os homens da oposição, sentar-se com todos os líderes e dizer: Senhores, dentro de algum tempo teremos que dar a mão à palmatória, provavelmente ainda neste fim de ano. No máximo, se esse atual baixar a cabeça ao Fundo for bem sucedido, poderemos obter os recursos de que precisamos para este ano, mas no próximo ano estaremos na mesma. Então, Senhores, vamos ter que entrar no processo de chamar os governos dos quais somos devedores e explicar-lhes que não dá mais. Vamos oferecer-lhes o seguinte plano: carência de 10 anos, com juros pré-fixados. Precisamos que se acabe com o sistema de juros flutuantes, porque não podemos nos comprometer, num mundo tão incerto, com taxas de juros variáveis. A partir do décimo ano começaremos a pagar os juros e o principal. Enfim, seja esta proposta ou outra que surja.

O importante é, no primeiro passo, dar aos líderes do País, que legitimamente têm o direito, de participar do processo, a oportunidade de serem co-participes de uma decisão. A oposição vem assinalando, o pensamento crítico brasileiro vem assinalando há vários anos, que alguma coisa viria a acontecer, embora a tecnocracia o tenha ignorado totalmente. Então, vamos dizer a eles que realmente chegamos a tal situação e queremos seu apoio. Acredito que a oposição compreenderá e cooperará. A recente visita de Trancredo, de Brizola, de Montoro e de vários outros governadores oposicionistas ao presidente Figueiredo foi para mim muito sintomática. Eu acho que o governo agora pode submeter à discussão a proposta que seria levada aos países credores.

A negociação interna é indispensável porque o que eu chamo de negociação com os credores é na verdade um bocado de pressão: "Senhores, isto é o que temos a oferecer. Por favor, sejam cavalheiros e aceitem o fato de que é isto o que tem de ser". Esta é a minha ideia a respeito. Teremos que negociar de uma posição de força. O que a Thatcher disse, há duas semanas, que é necessário dar uma lição ao Brasil, é inaceitável. Não somos os militares irresponsáveis da Argentina. Também não queremos dar uma lição a ingleses ou americanos, mas apenas demonstrar que o sistema de informações e a política internacional não têm sido suficientemente velozes para entender o que está acontecendo no mundo.

É preciso que se diga que o mundo tem ignorado, olímpicamente, os sinais que Figueiredo acendeu nas Nações Unidas.

Lytton Guimarães — O único problema que vejo aí é o do mecanismo proposto. Acho meio difícil essa discussão nacional. Tenho a impressão de que dificultaria muito um consenso a nível nacional sobre o que fazer. Por isso acho que é preciso fortalecer a liderança do governo. Seja a do Aureliano, a do Figueiredo ou do delegado a quem se tenha outorgado autoridade para negociar lá fora. Isto sim, só poderia ser feito com negociações políticas internas prévias. Acho muito difícil, do ponto de vista operacional, essa discussão interna ampla. Nós vamos ficar uns seis meses debatendo no Congresso, no sindicato e em todo lugar. Acho até muito justo que se o faça, mas não há tempo. Então é preciso uma delegação e esta negociação terá um custo político que o governo deverá estar disposto a atender.

Juan Carlos Lerda — Também não estou propondo um amplo debate nacional que dure seis meses. O que estou propondo é que o presidente Aureliano, que é um homem do Congresso, um homem do mundo político, utilize a rara oportunidade que tem e desça do Palácio do Planalto, vá caminhando até o Congresso e se reúna com as lideranças políticas. Também acho fundamental que seja dito, não pelo Presidente numa reunião formal, mas em conversas, que se tem como certo que o sistema de tomada de decisão na área econômica não poderá continuar como está e que a mudança ministerial teria que acontecer. Obviamente pessoas tão desprestigiadas pela sociedade civil, que se têm mostrado tão descuidadas na administração da crise, na elaboração de metas, na assinatura de Cartas de Intenções, não são pessoas que podem dirigir o processo de reciclagem.